

Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil

(Functional Discourse Grammar and typological studies:
an exercise in the analysis of native languages of Brazil)

Marize Mattos Dall'Aglio Hattner¹

¹ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Conselho Nacional de Desenvolvimento em Pesquisa(CNPq)

marize@ibilce.unesp.br

Abstract: In this paper, I intend to show how the Functional Discourse Grammar might contribute to typological studies, composing a coherent model for the kind of language description required by a research of this nature. To examine the relationship between the typological and functionalist studies, I discuss some theoretical and methodological issues that arose in the analysis of the evidentiality expression in a set of native languages of Brazil.

Keywords: typology, Functional Discourse Grammar, evidentiality.

Resumo: Neste trabalho, procuro mostrar como a Gramática Discursivo-Funcional pode contribuir para os estudos tipológicos, constituindo-se como um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que sustenta as investigações dessa natureza. Para analisar a relação entre os estudos tipológicos e os estudos funcionalistas, discuto algumas questões teórico-metodológicas que surgiram na análise da expressão da evidencialidade em um conjunto de línguas nativas do Brasil.

Palavras-chave: tipologia, Gramática Discursivo-Funcional, evidencialidade.

Introdução

Neste trabalho, procuro mostrar como a Gramática Discursivo-Funcional - GDF - (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) pode contribuir para os estudos tipológicos, constituindo-se como um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que sustenta as investigações dessa natureza. Para tanto, analiso a expressão da evidencialidade, fenômeno de especial interesse para os estudos tipológicos, em um conjunto de línguas nativas do Brasil.

Ao associar os estudos descritivos funcionalistas e os estudos de línguas indígenas, espero atuar na direção de uma desejável aproximação entre essas áreas, conforme defende Seki (1999):

No que respeita às suas relações com a Linguística no Brasil, a área de Linguística Indígena ainda não conseguiu a ela integrar-se de modo satisfatório, seja em termos de seu objeto de estudos, seja em termos do corpo de especialistas, seja em termos institucionais. De modo geral, a Linguística Brasileira ainda não incorporou a compreensão quanto ao papel relevante que tem o conhecimento das línguas não indoeuropéias na formação de nossos lingüistas e na constituição da ciência. [...] Os resultados obtidos na investigação das línguas indígenas são em geral ignorados pelos especialistas de outras subáreas da Linguística, e é praticamente nula a contribuição destes para investigação dessas línguas. (p. 267-8)

É a aproximação entre essas áreas que essa mesa proposta pelo GEL materializa e foi com essa intenção que eu propus o meu exercício de análise. No que diz respeito especificamente ao meu objeto de estudo, a expectativa é a de que a análise do funcionamento da evidencialidade em um conjunto de línguas indígenas do Brasil por meio de uma teoria linguística concebida para ser igualmente aplicável a línguas de todos os tipos, como pretende ser a Gramática Discursivo Funcional (GDF), deverá trazer ganhos inegáveis para o entendimento da categoria de evidencialidade em qualquer língua e, marcadamente, em línguas em que sua expressão seja gramatical.

A GDF e os estudos tipológicos

Antes de passar às questões específicas de um estudo tipológico da evidencialidade, pretendo comentar a relação entre a GDF e os estudos tipológicos e mostrar alguns trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nessa interface com a descrição das línguas indígenas do Brasil. Passo, então, a palavra para os próprios proponentes da teoria:

A GDF vê o usuário da língua como tendo conhecimento tanto das unidades funcionais e formais da língua como das maneiras pelas quais essas unidades podem ser combinadas. Esse conhecimento tem um elevado grau de estabilidade, de tal forma que pode ser comparado entre as línguas, revelando as tendências universais na estrutura linguística, como estudado na tipologia linguística. [...] A GDF é uma teoria capaz de fornecer um quadro para a enunciação e a comparação dos universais da linguagem (tanto absolutos como estatísticos) e de oferecer um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que supre as investigações tipológicas. Com suas estruturas em camadas de Formulação e de Codificação, que definem um espaço no qual a atividade linguística é compelida a operar, a GDF permite comparações mais confiáveis entre sistemas linguísticos. (HENGEVELD, MACKENZIE, 2010, p. 334)

Concebida com esse propósito, a GDF apresenta uma arquitetura que se mostra perfeitamente adequada para uma abordagem tipológica.

De acordo com a GDF, uma pesquisa tipológica pode focar em dois diferentes aspectos da organização linguística. Dentro desse modelo é feita uma separação clara entre FORMULAÇÃO e CODIFICAÇÃO.

O processo de **formulação** está relacionado à especificação das configurações interpessoal e representacional que são permitidas em uma língua específica independentemente da sua expressão.

O processo de **codificação** está relacionado com a forma morfossintática e fonológica que essas configurações interpessoais e representacionais podem assumir na língua. Esses dois passos podem ser assim representados:

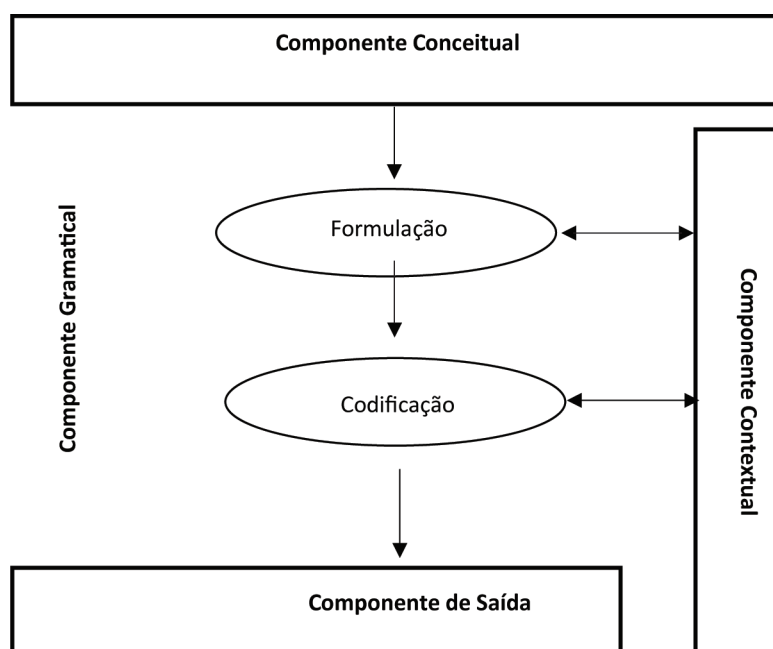


Figura 1. A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal

Uma vez que o modelo cuidadosamente distingue, para cada ato de discurso, suas características interpessoais, representacionais, morfossintáticas e fonológicas, as línguas podem ser comparadas em cada um desses níveis separadamente.

Nesses termos, dois grandes tipos de pesquisa tipológica podem ser distinguidos, o primeiro deles relacionado com a semântica e a pragmática e o segundo, com a morfossintaxe e a fonologia. Como apontam Hattner e Hengeveld (2007, p. 9),

[...] no nível interpessoal, por exemplo, interessa a uma tipologia pragmática saber quais as intenções comunicativas básicas recebem codificação especial nas línguas estudadas. No nível representacional, o modo como cada língua representa os tipos de evento é de interesse de uma tipologia semântica. No nível morfossintático, tópicos como a organização dos parágrafos requerem a atenção em uma abordagem orientada para o discurso (tipologia sintática). Finalmente, no nível fonológico, a organização do sistema prosódico coloca novos desafios quando considerada a partir da perspectiva do ato discursivo, em vez da sentença (tipologia fonológica).

Nos últimos anos, alguns pesquisadores brasileiros vêm desenvolvendo estudos tipológicos com base na GDF.

Em 2004, Hengeveld e um grupo de pesquisadores da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto, procuraram verificar se a distribuição das ilocuções básicas nas línguas indígenas do Brasil poderia ser descrita sistematicamente em termos de uma hierarquia implicacional, predizendo a existência de uma determinada ilocução básica a partir da existência de outras. Os resultados dessa pesquisa apontaram para uma distinção significativa entre ilocuções básicas proposicionais e comportamentais, a primeira relacionada com a troca de informações e a última, com a influência no comportamento. Esses resultados podem ser conferidos em Hengeveld et al. (2007).

Em 2006, Hengeveld e um grupo de pesquisadores majoritariamente da UFRJ investigaram em que medida um conjunto de categorias semânticas (indivíduo, locação,

tempo, espaço, modo, quantidade e razão), definidas de acordo com a GDF, manifestam-se formalmente em línguas nativas do Brasil. Na medida em que essas categorias semânticas não são assumidas como relevantes para todas as línguas, somente uma pesquisa empírica poderia revelar qual categoria é relevante para qual língua e, com base nessa pesquisa se poderia chegar a conclusões sobre a distribuição tipológica da sensibilidade à categorização semântica entre as línguas. Essas questões foram analisadas em relação à três fenômenos que podem se mostrar sensíveis à categorização semântica: palavras interrogativas, demonstrativos e nominalizações. Os autores analisaram especialmente em que medida a distribuição dessas manifestações em todas as categorias pode ser descrita sistematicamente em termos de hierarquias implicacionais. Os resultados dessa pesquisa podem ser conferidos em Hengeveld et al. (2012).

Entre 2006 e 2008, Pezatti estudou as relações adverbiais nas línguas amazônicas brasileiras, baseando-se numa amostra de 18 línguas, defendendo a hipótese de que o grau de sentencialidade das adverbiais está vinculado ao nível e à camada de organização estrutural da oração. Como afirma a autora, o objetivo dessa pesquisa foi verificar o grau de sentencialidade das orações adverbiais, considerando que “a presença de categorias semânticas do verbo (TAM) mostra a relação de equivalência entre a principal e a dependente, enquanto a ausência mostra rebaixamento categorial do verbo dependente e, portanto, maior integração semântica e sintática” (PEZATTI, 2009, p. 139).

No mesmo período, Camacho desenvolveu um estudo sobre a tipologia das orações relativas nas línguas nativas do Brasil, analisando 18 línguas da amazônia brasileira. Entre outros resultados, esse trabalho demonstrou que “o uso da nominalização consiste em uma estratégia alternativa de relativização e que algumas línguas que assumem a nominalização como uma estratégia primária estão privadas de uma classe específica de adjetivos” (CAMACHO, 2010, p. 168). Os resultados parciais dessa pesquisa podem ser acessados em:

Derivaram dessa pesquisa sobre a nominalização como estratégia de relativização duas dissertações de mestrado recentemente concluídas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, campus de São José do Rio Preto, ambas analisando línguas nativas do Brasil. A primeira faz um estudo tipológico-funcional da acessibilidade das construções relativas (OLIVEIRA, 2011) e a segunda analisa as estratégias de relativização e a classe de palavra, também a partir de uma perspectiva tipológica (GIMENEZ, 2011).

Desde 2008, venho estudando, junto com Kees Hengeveld, da Universidade de Amsterdam, a evidencialidade segundo uma perspectiva tipológica.

Em Hattner e Hengeveld (2008), investigamos em que medida a expressão gramatical de evidencialidade em uma variedade de línguas pode ser explicada em termos da relação hierárquica existente entre as três classes de evidenciais propostas pela GDF.

A classificação da evidencialidade proposta por esse modelo permitiu estabelecer uma série de predições relacionadas à interação entre as próprias categorias evidenciais e relacionadas à interação entre evidencialidade e outras categorias gramaticais, tais como modalidade epistêmica, negação e tempo. Os resultados dessa pesquisa foram apresentados em Hattner e Hengeveld (2008).

Para testar essas predições, estabelecidas a partir da teoria e verificadas aleatoriamente em línguas com sistemas evidenciais múltiplos de todo o mundo, propus uma investigação

tipológica da evidencialidade nas línguas nativas do Brasil, cujos resultados serão discutidos aqui e apresentados em Hengeveld e Hattner (em preparação).

Deriva desse trabalho uma dissertação de mestrado intitulada *Relações de escopo entre evidencialidade e tempo*, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, campus de São José do Rio Preto, por Aline Kapp.

Devolvendo a palavra para os autores da GDF, podemos entender que

A GDF oferece um quadro estruturado dentro do qual as hipóteses linguísticas podem ser enunciadas e testadas. Ao mesmo tempo, ela fornece um quadro para a descrição de fenômenos linguísticos e, dessa forma, pode estar envolvida em todo o ciclo de pesquisa: da observação à predição, ao teste das predições por meio de novas observações, de volta a novas predições e assim por diante. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010, p. 335)

É com base nesse quadro que discuto a análise tipológica da evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil, conforme se verá a seguir.

Evidencialidade: uma abordagem tipológico-funcional

Ao investigar a expressão gramatical de evidencialidade em uma variedade de línguas indígenas do Brasil, busco explicar as relações hierárquicas que se estabelecem entre os subtipos evidenciais com base nos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

O escopo semântico dos subtipos evidenciais e a potencial coocorrência de marcadores evidenciais em uma oração simples são usados para demonstrar que a evidencialidade pode ser descrita sistematicamente em termos de um conjunto de hierarquias implicacionais que pode ser formulado em uma abordagem estratificada da evidencialidade.

Para demonstrar essa hierarquia, analiso o sistema evidencial de 28 línguas indígenas do Brasil¹. Como aponta Aikhenvald (2004), os sistemas evidenciais múltiplos são bastante frequentes entre as línguas indígenas do Brasil, razão pela qual foram escolhidas para compor o corpus dessa investigação. Nesse sentido, registro que o foco de interesse desse trabalho é a verificação da existência e do funcionamento do conjunto de hierarquias implicacionais previsto pela abordagem teórica adotada, a GDF, e que a análise de línguas indígenas, assentada em descrições já feitas por especialistas do Brasil e do exterior, constitui um meio para esse fim.

Eu começo, então, mostrando uma nova classificação para os tipos de evidencialidade estabelecida a partir da arquitetura hierárquica da GDF e discuto algumas predições que decorrem dessa classificação.

Na GDF, a evidencialidade pode ser dividida em subcategorias, dependendo das relações de escopo consideradas:

¹ Os dados e as considerações aqui apresentados resultam de projeto de pesquisa desenvolvido junto à Universidade de Amsterdam em 2009/2010 sob financiamento FAPESP e de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq em desenvolvimento no triênio 2010-2012. A reclassificação da evidencialidade resultante integra o artigo “Four types of evidentiality”, escrito em co-autoria com o Kees Hengeveld (UvA), em preparação.

- (i) *Reportatividade*, que opera na camada do Conteúdo Comunicado no Nível Interpessoal, indica que o falante não está expressando seu próprio material cognitivo, mas está passando adiante a opinião de outros;
- (ii) *Inferência*, opera na camada do Conteúdo Proposicional no Nível Representacional e indica que o Conteúdo Proposicional é inferido pelo falante com base em seu conhecimento prévio.
- (iii) *Percepção de Evento*, que opera na camada do Estado-de-Coisas no Nível Representacional e indica se um evento foi ou não testemunhado pelo falante.

Essas três subcategorias da evidencialidade já eram identificadas em Hengeveld e Mackenzie (2008). Em Hengeveld e Hattnher (em preparação), argumentamos que há um outro subtipo evidencial:

- (iv) *Dedução*, que opera no nível representacional, na camada do Episódio e indica que a ocorrência de um episódio é deduzida pelo falante com base em uma evidência disponível; o falante não testemunha o próprio episódio, mas ele é capaz de deduzir sua ocorrência a partir da percepção de alguma evidência resultante.

Organizando esses quatro subtipos evidenciais de acordo com a arquitetura hierárquica da GDF, temos:

Quadro 1: Distribuição dos subtipos evidenciais segundo a arquitetura da GDF segundo Hengeveld e Hattnher (em preparação)

NÍVEL	REPRESENTACIONAL			INTERPESSOAL
CAMADA	E	ep	p	C
SUBCATEGORIA EVIDENCIAL	PERCEPÇÃO DE EVENTO	DEDUÇÃO	INFERÊNCIA	REPORTATIVIDADE

Os sistemas evidenciais das línguas analisadas segundo essa classificação puderam ser assim classificados conforme exposto no Quadro 2, a seguir. Como se vê, os sistemas evidenciais nas línguas indígenas do Brasil variam em termos do número de fontes de informação codificada e em termos de escopo semântico. O mais simples sistema evidencial encontrado tem apenas um marcador evidencial, o reportativo. Os sistemas mais complexos variam de dois a quatro subtipos.

O resultado mais evidente nesse quadro é a comprovação de que os subtipos evidenciais propostos realmente apresentam diferentes valores semânticos, uma vez que é possível encontrar os quatro subtipos em uma mesma língua. Esse é o caso de 10 línguas da amostra, pertencentes a 10 famílias diferentes.

Quadro 2. As subcategorias evidenciais (adaptado de Hengeveld e Hattnher, em preparação)

NÍVEL	REPRESENTACIONAL			INTERPESSOAL
CAMADA	E	ep	p	C
SUBCATEGORIA	PERC. EVENTO	DEDUÇÃO	INFERÊNCIA	REPORTATIVIDADE
mamaindê, guanano, desano, hup, tuyuca, sabanê, karo, jamamadi, kamaiurá, tariana	+	+	+	+
parkatêjê	+	+		+
matses	+	+	+	
pirahã, carapanã, waiwai, nambikwara, ye'pâ-masa, sanumá, lakondê	+	+		+
yuhup	+			+
guajá, jarawara, Yaminahua	+			+
urubu-kaapor, trumai, suruí, karitiana, dâw				+

O fato de podermos identificar quatro tipos de evidencialidade em uma língua não significa necessariamente que essa língua tenha apenas quatro marcadores de evidencialidade. É possível que diferenças no modo como um evento é percebido, uma Dedução é produzida ou um Conteúdo Comunicado é relatado sejam expressas por diferentes sufixos. Assumindo a validade dessa classificação e considerando o tratamento da evidencialidade proposto pela GDF, algumas previsões puderam ser comprovadas, sendo a mais importante delas a comprovação da existência, em línguas com sistemas evidenciais múltiplos, de uma hierarquia implicacional entre os subtipos evidenciais que se expressa da seguinte maneira:

PERCEPÇÃO DE EVENTO \subset DEDUÇÃO \subset INFERÊNCIA

Ou seja, se uma língua tem operadores de Inferência, ela terá também operadores de Dedução e de Percepção de evento, podendo a reportatividade pode coexistir com qualquer combinação, uma vez que ela pertence a um nível diferente. A análise dos sistemas evidenciais das línguas do corpus, resumida no quadro 2 acima, não só demonstrou a validade da classificação evidencial proposta, uma vez que os quatro subtipos estabelecidos ocorreram em uma mesma língua, mas também comprovou essa hierarquia.

Mais do que discutir os resultados dessa classificação, que ainda estão sendo complementados com a expansão do corpus, pretendo analisar, aqui, algumas questões relacionadas aos estudos tipológicos das línguas indígenas do Brasil como um todo e, em especial, algumas peculiaridades da abordagem tipológica ancorada na GDF.

A primeira dificuldade encontrada nessa pesquisa tipológica sobre evidencialidade está relacionada à constituição de uma amostra que obedeça a critérios tipologicamente válidos. Embora o conjunto de línguas indígenas do Brasil descritas venha aumentando paulatinamente, por meio principalmente de dissertações e teses defendidas no Brasil e no exterior, nem sempre é possível encontrar, nesses trabalhos, a descrição dos sistemas evidenciais.

Obviamente, o problema não reside apenas em encontrar gramáticas ou estudos descritivos sobre uma língua, mas encontrar uma descrição satisfatória de seu sistema evidencial. Há grandes diferenças entre as descrições disponíveis, não apenas relacionadas a abordagens teóricas, mas, principalmente, relacionadas ao tipo de informação considerada relevante para a descrição do sistema evidencial. Especialmente no caso das dissertações, a depender dos interesses descritivos descrita, ou descrita, mas não exemplificada, ou ainda, a evidencialidade é exemplificada, mas sem a glosa correspondente.

Assim é que, após a análise de material descritivo sobre 78 línguas indígenas, a amostra ficou constituída por 28 línguas, distribuídas em 16 diferentes famílias. Nesse conjunto, 22 línguas têm sistema evidencial complexo, com mais de dois marcadores gramaticais de evidencialidade, o que, em princípio, constituiria um conjunto satisfatório de línguas para a análise das relações hierárquicas. No entanto, em apenas sete gramáticas foi possível encontrar exemplos de coocorrência. Embora nenhum dos exemplos contrarie as previsões investigadas, esse número de ocorrências não é suficiente para provar que a ordenação dos marcadores evidenciais reflete as relações de escopo entre eles, o que me levou a buscar outras formas de expressão dessa hierarquia.

Outro aspecto da constituição do corpus que trouxe alguma dificuldade para a análise é o fato de o uso de marcadores evidenciais não ser obrigatório em todas as línguas da amostra. Em línguas em que o marcador evidencial é opcional, é difícil analisar sua relação com outras categorias na sentença. No conjunto analisado, 12 línguas têm um sistema evidencial obrigatório.

Por fim, uma característica inerente aos estudos tipológicos que merece comentário é a diversidade de classificação do fenômeno em análise adotada pelos diferentes estudos descritivos que compõem o corpus. Obviamente, toda comparação exige uma uniformidade de critérios e categorias que, no caso de um conjunto tão diverso de estudos descritivos como o aqui utilizado, só poderia ser obtida por meio de uma releitura das análises encontradas.

A releitura em si não seria um problema, uma vez que a GDF oferece uma definição e uma caracterização bastante clara dos subtipos evidenciais identificados nas diferentes camadas. No entanto, nem sempre a evidencialidade aparece descrita como uma categoria gramatical individualizada. Assim, as informações sobre a evidencialidade foram buscadas na análise do sistema verbal, das marcas de comprometimento e distanciamento, nas partículas de verificação, nas indicações de pessoa e, especialmente, na análise do sistema modal, com o qual frequentemente a descrição da evidencialidade se mistura. Quando esse era o caso, as formas gramaticais que explicitamente indicam a fonte da informação veiculada pelo falante eram incluídas na nossa classificação evidencial, mesmo que elas fossem originalmente classificadas como modais. Quando as diferenças entre valores modais e evidenciais não estavam claramente estabelecidas, como em Myky, ou quando os subtipos estavam bem estabelecidos, mas não havia exemplos disponíveis (como em Carapanã e Parakanã), a língua não foi incluída no *corpus*.

Dada a semelhança entre o sentido lato das palavras ‘dedução’ e ‘inferência’, a mesma função de um evidencial era algumas vezes identificada com nomes diferentes, como acontece em Guanano e Ye-pâ-masa. Essas duas línguas têm formas gramaticais para indicar que a informação que o falante veicula é deduzida por ele com base em uma evidência disponível, mas a despeito da definição quase idêntica, esses evidenciais são classificados com nomes diferentes (inferência e dedução, respectivamente).

Se, por um lado, a diversidade de critérios e de abrangência dos estudos descritivos sobre evidencialidade é um elemento complicador para um estudo tipológico de tal monta, a consistência e a clareza dos critérios de identificação dos subtipos evidenciais propostos pela GDF funciona como um elemento catalisador. A identificação dos subtipos a partir da natureza da unidade semântica qualificada pelo evidencial (um estado-de-coisas, um episódio, uma proposição ou um conteúdo comunicado) permite uma descrição sistemática em termos de um conjunto de hierárquicas implicacionais que só pode ser formulado em um abordagem estratificada da evidencialidade.

Também decorre da abordagem teórica escolhida para fazer o estudo tipológico a possibilidade de encontrar recorrências nos sistemas evidencias analisados em diferentes níveis. Ao lado da tipologia semântica aqui identificada, também é possível estabelecer uma tipologia morfossintática, se considerarmos as relações que a evidencialidade estabelece com outras categorias qualificacionais. Assim, um segundo resultado, que também confirmaria a hierarquia implicacional aqui proposta, diz respeito às subdivisões dentro de cada subtipo evidencial necessárias para expressar as diferentes combinatórias entre evidencialidade e modalidade, evidencialidade e tempo, evidencialidade e pessoa, que parecem diminuir da esquerda para a direita (da camada do estado de coisas para a camada da proposição). É o que acontece, por exemplo, em Guanano, que tem cinco morfemas para indicação de Percepção de Evento (visual e não-visual) combinada com pessoa (primeira e não-primeira) e os dois tempos do pretérito (perfeito e imperfeito), dois morfemas para indicação da evidencialidade dedutiva combinada com pretérito perfeito e imperfeito e apenas um morfema para indicação de Inferência. Essa, no entanto, é uma relação que, para ser bem investigada, depende de nova expansão do corpus, uma vez que essa análise só pode ser empreendida em línguas com sistemas evidenciais obrigatórios.

Considerações finais

Por meio da discussão dos procedimentos teórico-metodológicos envolvido no exercício de análise da evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil, esperamos ter mostrado a adequação da GDF para os estudos tipológicos. Como apontam Hengeveld e Mackenzie,

A GDF oferece um quadro estruturado dentro do qual as hipóteses linguísticas podem ser enunciadas e testadas. Ao mesmo tempo, ela fornece um quadro para a descrição de fenômenos linguísticos e, dessa forma, pode estar envolvida em todo o ciclo de pesquisa: da observação à predição, ao teste das predições por meio de novas observações, de volta a novas predições e assim por diante. (2010, p.373).

Os critérios utilizados para a identificação dos subtipos evidenciais, assentados nas relações de escopo entre as diferentes camadas em que se alojam os evidenciais,

decorrem, naturalmente, da arquitetura hierárquica do modelo. Nesse sentido, podemos afirmar que a evidencialidade pode ser sistematicamente descrita em termos de um conjunto de hierarquias implicacionais que só pode ser formulado a partir de uma abordagem em camadas da evidencialidade.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CAMACHO, R. G. A nominalização como estratégia de relativização. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 167-185, 2010.
- GIMENEZ, A. D. *Estratégias de relativização e classe de palavra: um estudo tipológico-funcional*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2011.
- HATTNER, M. M. D. A.; HENGEVELD, K. Evidentiality in FDG. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON FUNCTIONAL GRAMMAR, 13th, 2008. London. *Abstracts...* London: ICFG, 2008. Disponível em: <<http://www.functionalgrammar.com>>. Acesso em 18 jan. 2012.
- _____. *Advances in Functional Discourse Grammar*. *Alfa*, São Paulo v. 51, n. 2, p. 7-10, 2007.
- HENGEVELD, K. et al. Ilocuções básicas nas línguas nativas do Brasil. *Alfa*, São Paulo v. 51, n. 2, p.73-90, 2007.
- HENGEVELD, K.; HATTNER, M. M. D. A. *Four types of evidentiality*. (em preparação).
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 367-400.
- _____. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENGEVELD, K. et al. Semantic categories in the indigenous languages of Brazil. *Functions of Language*, Amsterdam, v. 19, n. 1, p. 33-52, 2012.
- OLIVEIRA, G. *Acessibilidade das construções relativas nas línguas nativas do Brasil: um estudo tipológico-funcional*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- PEZATTI, E. G. A relação adverbial nas línguas amazônicas brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 139-153, 2009.
- SEKI, L. A linguística indígena no Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 15, p. 267-8, 1999.